

T. (308) 29/8/76

Intervenção do Presidente Samora “MOÇAMBIQUE OPÕE-SE SEM A QUALQUER PRESENÇA BI

V CONFERÊNCIA
NÃO ALINHADOS



É esta a primeira vez que, como país soberano e independente, participamos na Conferência de Chefes de Estado e do Governo dos Países Não Alinhados. É este para nós um facto de elevado significado. A conquista da nossa independência, conseguida pelos sacrifícios e pelo combate do nosso povo, é também a consagração do apoio

militante e fraternal dos países aqui presentes, é também uma vitória do Movimento dos Não-Alinhados.

Com o mesmo espírito que nos animou durante a luta pela independência nacional engajamo-nos hoje no combate contra os últimos vestígios do colonialismo, na luta permanente contra o imperialismo.

Luta que é indissociável da acção comum para o estabelecimento duma nova ordem económica internacional e pela democratização das estruturas da comunidade internacional.

Por isso é para nós uma grande honra e uma grande alegria apresentarmos, em nome do povo moçambicano livre, em nome da

na Conferência M EXCEPÇÕES LICA NO OCEANO ÍNDICO”

FRELIMO e da República Popular de Moçambique, as mais calorosas e fraternais saudações aos Chefes de Estado e de Governo e a todos os delegados aqui presentes. Por seu intermédio saudamos os povos irmãos que eles representam, companheiros na mesma trincheira anti-imperialista.

No momento em que termina o mandato de Sua Excelência Houari Boumediene, como Presidente em exercício da Conferência dos Países Não-Alinhados, desejamos prestar homenagem à forma militante, dinâmica e esclarecida como exerceu o seu cargo. Saudamos em particular a maneira como soube interpretar e implementar as aspirações dos nossos povos à realização integral da nossa independência.

Desejamos felicitar pela eleição para o cargo de Presidente da Conferência Sua Excelência Sirimavo Bandaranaike, Chefe do Governo do Sri Lanka, país fundador dos Não-Alinhados. Pedimos que seja intérprete junto do seu povo dos nossos calorosos agradecimentos pela hospitalidade dispensada e pela excelente organização desta Conferência.

Queremos saudar muito em especial os nossos companheiros de armas, os dirigentes dos movimentos de libertação nacional que aqui representam os sacrifícios e o combate que continuam pela conquista da mais preciosa aspiração dos povos: liberdade, dignidade, independência.

A 5.ª Conferência de Chefes de Estado e do Governo dos Países Não-Alinhados realiza-se num mo-

mento em que se agudiza a luta entre o imperialismo e os povos que combatem pela sua liberdade e independência totais.

ALTERAÇÃO DA CORRELAÇÃO DE FORÇAS

Este facto marca uma crescente tomada de consciência das nações pobres e exploradas. Este facto deve-se fundamentalmente às vitórias dos povos que se bateram e derrotaram o imperialismo através de uma confrontação directa e decisiva. Foram estes combates que forjaram e consolidaram as nossas relações, foram estas batalhas que permitiram identificar com clareza o inimigo, tanto no plano político e militar, como no plano da luta pela libertação económica. Foram estas vitórias que deram ao Movimento dos Não-Alinhados a sua verdadeira dimensão anti-imperialista.

Neste contexto, os povos heróicos do Vietname, do Laos e do Kampuchea, deram uma contribuição decisiva à luta comum ao escorraçar definitivamente o imperialismo da Indochina, provando que era possível derrotá-lo no campo de batalha.

A destruição do império colonial português constitui outra vitória maior dos nossos povos, representa um progresso decisivo na derrocada do imperialismo.

A conquista da independência de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe alargou substancialmente a zona anti-imperialista em África.

Recordamos neste momento a memória de todos aqueles que cai-

ram para tornar possível a vitória.

Em Angola, a vitória do MPLA sobre as forças de agressão sul-africana e seus lacaios apoiados pelo imperialismo, merece relevo particular e constitui um triunfo da causa da independência, da causa comum dos povos que lutam contra a dominação e a exploração. A República Popular de Angola é um país soberano e independente que faz parte da comunidade das Nações com todos os direitos e deveres. Por isto condenamos vigorosamente o veto norte-americano contra a admissão da República Popular de Angola na ONU.

As lutas dos povos da África Austral ganharam novo impulso com as vitórias do MPLA e da FRELIMO, com o estabelecimento de regimes populares em Angola e Moçambique.

O imperialismo é assim cada vez mais directamente afrontado, através da luta dos povos da África, Ásia e América Latina, ele sofre derrota sobre derrota. No interior mesmo das suas metrópoles capitalistas da América e da Europa, uma vaga crescente de contestação agrava a crise.

Todos estes factores testemunham uma realidade: a correlação de forças alterou-se a nosso favor, a favor dos povos que lutam pela libertação, pela independência e contra a exploração.

MUDANÇA ESTRATÉGICA E TÁCTICA DO IMPERIALISMO

A estas vitórias o imperialismo responde com novas tácticas, procura novas formas de dominação. Em vez de se opor frontalmente às lutas de libertação nacional como fazia tradicionalmente, o imperialismo adopta agora a táctica de dividir o Movimento de Libertação, criando movimentos fantoches a que chama «opções aceitáveis».

Por outro lado, intensifica a subversão, infiltra as vanguardas revolucionárias, procura desacreditar



NÃO ALINHADOS

a liderança e confundir a definição do inimigo. Prepara assim o terreno para perpetuar a exploração dos povos, através de agentes que ele recruta no meio do próprio movimento de libertação e que promove, qualificando-os como razoáveis e moderados.

A sua actuação no Médio Oriente, através de aparentes concessões à causa árabe, tem como objectivo final destruir o movimento de libertação da Palestina e a luta emancipadora dos povos árabes. Os trágicos acontecimentos do Líbano testemunham o grau de infiltração do imperialismo e a sua capacidade de tirar lições rapidamente, utilizando os árabes, para

destruir os próprios árabes, enquanto assiste calmamente à liquidação física dos Palestinianos. Reiteramos o nosso apoio total ao povo palestiano e aos seus representantes — a Organização da Libertação da Palestina. Apoiamos plenamente o combate dos povos árabes pela recuperação dos territórios ocupados.

Em Djibouti, apesar das incessantes manobras do colonialismo francês, o povo continua a marcha para a independência. Apoiamos sem reserva o seu combate para a conquista da independência completa.

Ao norte do nosso Continente, o povo do Sahara Ocidental continua o seu difícil combate para afirmar a independência nacional contra as tentativas da anexação e desmembramento do território, que se opõem claramente aos princípios inscritos na carta da OUA e da ONU.

Na América Latina, o sangrento regime de Pinochet, condenado por toda a Humanidade, exerce uma repressão impiedosa, ao mesmo tempo que restabelece todos os privilégios do capitalismo multinacional a que o regime popular do Presidente Salvador Allende havia posto termo. O combate e os sacri-

fícios passados e presentes do povo chileno e a memória do seu Presidente são parte da história difícil mas gloriosa do Movimento dos Não-Alinhados na luta pela independência económica.

É essa mesma luta pela libertação total, que leva o povo do Panamá a afrontar o imperialismo americano que viola os seus direitos inalienáveis de soberania, ocupando o zona do canal, transformada em centro de treino de subversão contra os países latino-americanos.

As portas mesmo da América Latina, os Estados Unidos da América mantêm sob dominação colonial, mascarada de «associação», o corajoso povo de Porto Rico cuja independência, personalidade e dignidade, viola, aliena e corrompe.

OCEANO INDICO

Um outro problema que preocupa um grande número de Estados participantes a esta Conferência é a preservação do Oceano Indico de conflitos e intervenções de potências exteriores à região. É este um princípio caro aos países Não-Alinhados que importa garantir. Não se trata obviamente de fazer do Oceano Indico um mar fechado. Os países ribeirinhos do Oceano Indico acolhem com hospitalidade os navios de todos os países do mundo que aqui se deslocam com intenções pacíficas ou no exercício de actividades económicas e comerciais que se conformem aos princípios da cooperação internacional e respeitem os seus direitos soberanos territoriais e económicos.

Não aceitamos porém a multiplicação das bases de agressão imperialistas que proliferam na nossa zona. As riquezas da nossa zona, os desígnios agressivos do imperialismo têm levado ao estabelecimento descarado de bases militares, aéreas, navais e de comunicações a pequena distância das costas da África e da Ásia. Através da chantagem e suborno político e económico, através do próprio desmembramento de países como é o caso de Diego Garcia ocupada pelos Estados Unidos, como é o caso escandaloso da ilha Mayotte, parte integrante da República das Comores, e ocupada pela França, o imperialismo ocupa e ameaça a li-



A República Popular de Moçambique opõe-se ao estabelecimento de bases militares estrangeiras em toda a zona do Oceano Indico, à introdução de navios de guerra estrangeiros, à circulação ou stocagem de armamento nuclear na zona.

berdade e independência dos nossos povos. Ainda em pleno Canal de Moçambique, a França estabeleceu novas bases nos ilhéus de Juan de Nova, Europa e Bassas da Índia.

Podemos perguntar em que medida os países da zona ameaçam a segurança da França ou se acharia legítimo que nós estabelecessemos uma base militar ao largo das costas dos Estados Unidos ou da Bretanha.

A República Popular de Moçambique inscreveu na sua Constituição o princípio da transformação do Oceano Índico em zona desnuclearizada e de paz. Por conseguinte, a República Popular de Moçambique opõe-se ao estabelecimento

valorizar a sua posição como base imperialista.

Coerente com a sua posição de princípio, a República Popular de Moçambique opõe-se a qualquer presença bélica no Oceano Índico. Defendemos a aplicação deste princípio sem quaisquer excepções. Ao mesmo tempo sublinhamos a necessidade de denunciar a campanha de propaganda imperialista cujo objectivo real é justificar o aumento constante da presença militar nuclear na nossa zona.

APOIAMOS A LUTA DO POVO DE TIMOR-LESTE

Senhora Presidente:

Em 1949, em Nova Deli, reu-

povo irmão de Timor-Leste vê-se impedido de exercer o direito à autodeterminação que conquistou através da sua luta e da luta dos povos dos restantes países dominados pelo colonialismo português.

Em 28 de Novembro de 1975, o Povo de Timor-Leste sob a direcção da FRETILIN, proclamou a República de Timor-Leste, com capital em Dili.

Em 7 de Dezembro de 1975, a Indonésia, após uma série de ataques de forças terrestres, marítimas e aéreas ocupou Dili. Posteriormente, declarou a anexação de Timor-Leste. Contudo a luta prossegue hoje através do país. Instalado em zonas libertadas, o Governo da República de Timor-Leste



Na sua própria Pátria o povo sul africano é vítima de uma discriminação abjecta e desumana. A repressão atinge extremos só comparáveis à violência nazi nos sucessivos massacres de Soweto e noutros pontos do país...

de bases militares estrangeiras em toda a zona do Oceano Índico, à introdução de navios de guerra estrangeiros, à circulação ou stocagem de armamento nuclear na zona.

A fim de encobrir os seus desígnios de ocupação e agressão, o imperialismo recorre hoje em dia largamente, através de uma campanha orquestrada, ao argumento do poderio naval soviético na zona do Oceano Índico. Esta campanha é largamente orientada a partir da África do Sul com o objectivo de

nia-se uma Conferência que tinha como objectivo analisar os progressos de descolonização na Indonésia e frustrar as várias manobras do Governo Colonial Holandês.

A Luta do Povo Indonésio pela independência mobilizou largas camadas da opinião pública nos países dominados, assim como na metrópole colonial e no mundo inteiro e constitui justamente um dos momentos altos da luta dos nossos povos pela independência total.

Hoje mesmo, na mesma zona, vemos uma situação dramática. O

prossegue a luta e dirige o trabalho de reconstrução nacional. A resistência continua.

Lamentamos ter de reconhecer que o Governo da República da Indonésia, em violação dos princípios do Movimento dos Não-Alinhados, em violação das resoluções da Organização das Nações Unidas, ocupou militarmente o território da República Democrática de Timor-Leste, reivindicando uma identidade política de que parece ter-se apercebido apenas após a agonia do colonialismo português.



NÃO ALINHADOS

Por vezes pode surgir entre nós a tentação de evitar problemas espinhosos como este, com o justo anseio de salvaguardar a unidade dos Países Não-Alinhados. A República Popular de Moçambique, nascida do duro combate contra o colonialismo português e o imperialismo, considera que jamais poderá o Movimento dos Países Não-Alinhados, sob pena de negar uma das suas componentes essenciais, quase a sua razão de ser, trair a luta dos povos pela sua libertação total e pelo direito dos povos de decidirem sobre o seu próprio destino.

Por estas razões, a República Popular de Moçambique lança um apelo veemente ao Governo da República da Indonésia para que retire todas as suas tropas e outras forças de ocupação da República Democrática de Timor-Leste e com ela estabeleça relações fraternais de cooperação e colaboração regional, de acordo com os desejos expressos do Governo da República Democrática de Timor-Leste. A nossa delegação apela aos Países Não-Alinhados para que façam seu este apelo e garantam ao povo de Timor-Leste o exercício dos seus direitos fundamentais, fornecendo-lhe a ajuda moral e material necessária.

A República Popular de Moçambique solidariza-se inteiramente com os povos em luta pela sua libertação ou pela recuperação de partes do seu território ocupado pelo imperialismo, como a Coreia do Sul, que se transformou em gigantesca base de subversão dirigida contra a República Democrática da Coreia ou em Taiwan, parte integrante da República Popular da China, ocupada há 27 anos.

ÁFRICA AUSTRAL O EIXO RACISMO-SIONISMO

Senhora Presidente:

A África Austral é hoje objecto

de uma atenção especial por parte do imperialismo.

Os monopólios capitalistas internacionais conhecem a importância que para si tem a África Austral, zona rica de minérios e outros recursos naturais indispensáveis ao avanço das indústrias de ponta do capitalismo, designadamente a de armamento.

Neste contexto, assistimos a crescentes investimentos por parte das companhias multinacionais naquela zona do mundo. Estas companhias, cujas sedes se encontram nos Estados Unidos da América do Norte, na Grã-Bretanha, França, Alemanha Federal e Japão, inauguram todos os anos novas sucursais na República da África do Sul, estendendo os seus tentáculos à Namíbia e à própria Rodésia do Sul.

Para proteger esta acção desenfreada de exploração dos povos da zona e expoliação dos seus recursos naturais, as grandes potências capitalistas não hesitam em fornecer ao regime de Pretória o armamento mais sofisticado, quer através da cedência directa, quer através da transmissão dos respectivos segredos de fabrico. A França e a Alemanha Federal estão altamente comprometidas nesta autêntica conspiração.

Comprometido o plano inicial de uma África branca ao sul do Zambeze, plano que levou aqueles re-

gimes a intervir militarmente na luta de libertação de Moçambique ao lado do colonial-fascismo português, o imperialismo procura agora impor, na Namíbia e no Zimbábue, novas soluções que defendam os seus interesses.

A República da África do Sul, destacamento avançado do capitalismo internacional no nosso continente, ao mesmo tempo que multiplicou os seus contactos com países africanos independentes, a quem propôs um conceito muito seu de detente, apresentou-se como parceiro da África na busca de uma solução conducente a um governo de maioria no Zimbábue. Simultaneamente a África do Sul lançou-se numa brutal agressão armada à República Popular de Angola e, como corolário desta política, desenvolve uma estreita cooperação com Israel, outro gendarme do imperialismo, e conclui pactos de assistência nuclear com a Alemanha Federal e com a França que lhe permitirão, a breve trecho, possuir armas de destruição em massa.

Na sua própria Pátria o povo sul-africano é vítima de uma discriminação abjecta e desumana.

A repressão atinge extremos só comparáveis à violência nazi nos sucessivos massacres de Soweto e noutros pontos do país, onde centenas de pessoas indefesas tombam



«...A República Popular de Moçambique lança um apelo veemente ao Governo da República da Indonésia para que retire todas as suas tropas e outras forças de ocupação da República de Timor-Leste...»

sob as balas assassinas das forças do apartheid.

Esta repressão é consequência da nova fase da luta heróica do povo sul-africano de todas as raças enquadrado pelo Congresso Nacional Africano (ANC).

Condenamos firmemente a política do apartheid e a repressão brutal desencadeada pelo regime de Pretória. Particularmente, exprimimos o nosso repúdio pela política dos bantustões e apelamos a todos os Estados membros do nosso Movimento para que não reconheçam a sua falsa independência.

Ao proclamar a sua intenção de pôr fim à ocupação da Namíbia, a República da África do Sul procura ganhar tempo para reduzir aquela nação à situação de falsa independência dos bantustões. Na realidade ela concentra meios militares para combater a SWAPO, vanguarda reconhecida do povo da Namíbia, enquanto explora e agudiza o divisionismo tribal.

Denunciamos resolutamente esta política, reafirmamos o nosso apoio total ao combate heróico do povo da Namíbia, sob a direcção da SWAPO.

RODÉSIA: CONDENAÇÃO UNÂNIME AO SMITH

Na Rodésia do Sul, o regime ilegal e racista instalado em Salisbúria, isolado de toda a comunidade mundial, condenado em todas as assembleias políticas internacionais, apenas sobrevive graças à assistência que lhe continua a prestar o imperialismo.

O papel activo das forças armadas da Rodésia do Sul durante a nossa luta, a constante violação das nossas fronteiras já depois da independência, os inúmeros actos de agressão armada, deixaram-nos a consciência clara de que o nosso país não será verdadeiramente independente enquanto persistir o actual regime de Salisbúria.

Em apoio à luta do Zimbabwe, Moçambique decidiu aplicar integralmente, a partir de 3 de Março deste ano, as sanções decididas pela comunidade internacional contra o regime de Ian Smith.

A ampla mobilização internacional que se vem processando em relação à República Popular de Moçambique demonstrou que este combate é a causa comum de todos os povos do mundo. Deseja-



Crianças palestinas massacradas no campo de El Zataar no Líbano.» os trágicos acontecimentos de Líbano testemunham o grau de infiltração do imperialismo e a sua capacidade de tirar lições rapidamente, utilizando árabes para destruir árabes, enquanto assiste calmamente à liquidação física dos palestinos.»

mos exprimir a todos, os nossos calorosos agradecimentos pelo apoio que nos têm dado.

É fonte de maior preocupação de todos nós a situação de impasse em que se arrasta o problema das diferenças entre os líderes históricos dos movimentos de libertação que se fundiram no seio do ANC do Zimbabwe. No entanto, é também um facto positivo que as diferenças que separam esses líderes não afectaram o ânimo combativo dos quadros militares do ANC, que assumem as suas responsabilidades na luta pela independência total e completa do Zimbabwe.

Frente aos sucessos da luta armada no Zimbabwe e às crescentes dificuldades económicas que o regime enfrenta com a aplicação das sanções por Moçambique, Ian Smith tenta, em manobra desesperada, criar fantoches internos a quem transmitir o poder, salvaguardando os interesses estrangeiros.

Por outro lado, o regime de Ian Smith lança-se em ataques sangrentos contra o nosso país.

O sangrento massacre que os racistas rodesianos acabam de perpetrar contra o campo de refugiados de Nyazónia, em que assassinaram a sangue frio 618 pessoas, entre as quais velhos, mulheres e crianças, ao mesmo tempo que demonstra uma ferocidade e brutalidade sem precedentes, constitui um pas-

so em frente na escalada de agressão e um teste para a nossa capacidade de reacção.

OS OBJECTIVOS IMPERIALISTAS NA ÁFRICA AUSTRAL

Qual é o objectivo real desta série de ataques contra a República Popular de Moçambique?

No contexto da África Austral, a política anti-imperialista da República Popular de Moçambique, baseada na independência nacional no desenvolvimento contando com as suas próprias forças e na luta contra a exploração, é encarada pelas grandes potências imperialistas como uma ameaça aos seus interesses na zona.

A República da África do Sul, base segura do imperialismo para a materialização das suas tentativas de liquidação do regime popular moçambicano, funciona assim como retaguarda logística, centro de planificação da subversão e dos ataques diários que a clique racista de Ian Smith desencadeou contra o nosso país.

A irresponsabilidade de Ian Smith, chefe da quadrilha de alguns latifundiários instalados na Rodésia do Sul, é utilizada pelo imperialismo como força operacional.

Não são, pois, acções isoladas e desesperadas estas a que assistimos. Trata-se, sim, de um plano de-



NÃO ALINHADOS

liberado da reacção internacional com duplo objectivo: primeiro, destruir a base anti-imperialista que constitui a República Popular de Moçambique. O seu propósito claro é o de asfixiar a revolução moçambicana enquanto esta é jovem e antes que se consolide. Em segundo lugar, desviar a atenção da luta desenvolvida na Rodésia e na África do Sul e concentrá-la sobre Moçambique e outros países africanos independentes, tal como testemunham as agressões sistemáticas contra o nosso país, contra a República Popular de Angola, contra a Zambia e contra o Botswana.

Desejamos aqui alertar os Países Não-Alinhados sobre a confrontação que o imperialismo friamente prepara e apelar para uma vigilância permanente contra tais desígnios.

Reiterando o apelo de Sua Excelência o Presidente Kenneth Kaunda, apelamos a ajuda moral e material tangível dos Países Não-Alinhados aos movimentos de libertação nacional.

NOVA ORDEM ECONÓMICA

Senhora Presidente:

A crescente pressão dos Países Não-Alinhados para que as potências capitalistas desenvolvidas aceitem uma Nova Ordem Económica Internacional insere-se no combate geral dos povos contra o imperialismo e o neocolonialismo, sob todas as suas formas. Desta maneira, entendemos que a essência do Não-Alinhamento coincide com a consolidação e alargamento da vasta frente mundial anti-imperialista.

Só encarando o Movimento Não-Alinhado nesta perspectiva, cria-

remos as condições para a total e completa independência dos nossos países.

A solidariedade e acção política deverão estar no centro das preocupações dos Países Não-Alinhados. Esta solidariedade deverá materializar-se em acções concretas em todos os domínios, inclusive pela assistência mútua e directa entre os Estados Membros contra os quais se exerce a agressão física do imperialismo.

As vitórias sucessivas dos povos oprimidos e explorados contra o imperialismo e o colonialismo assumem já, em algumas regiões do globo, aspectos qualitativamente novos, pondo em causa o sistema de exploração do imperialismo.

Estas novas formas de actualização estão intimamente ligadas à conquista da independência económica. Esta passa sempre pela criação de novas estruturas e novas relações no sentido da valorização nacional dos recursos e das potencialidades económicas.

Estas novas estruturas baseiam-se em fórmulas de cooperação e complementariedade económicas bilaterais que aceleram a concretização dos princípios da Nova Ordem Económica e um desenvolvimento harmónico e conjugado.

É este novo tipo de cooperação, visando a criação de um sistema de «self-reliance» colectivo baseado no conjunto dessas relações bilaterais que permitirá a gradual libertação económica dos países da órbita do imperialismo.

Só deste modo será possível alterar radicalmente as relações de troca desiguais, nascidas durante a fase da exploração colonialista e progressivamente deterioradas após a independência política.

Deste modo, daremos o justo conteúdo aos princípios de independência económica adoptados em 1961 em Belgrado, na 1.ª Conferência dos Chefes de Estado dos Países Não-Alinhados, reafirmados e desenvolvidos no Cairo, Lusaka, Argel e Lima. Estes princípios consagram a interacção entre o desenvolvimento político e económico dos Países Não-Alinhados e os restantes países em desenvolvimento.

Já formulamos os princípios e estabelecemos acordo quanto à necessidade de acção. Importa agora agir. A nossa experiência tem demonstrado que é preferível realizar

pequenas e muitas acções concretas do que alongarmo-nos na discussão e preparação de grandes projectos que acabam por não se concretizar. Apoiamos por isso resolutamente a política de realizar acções modestas mas concretas. Neste quadro e como exemplo salientamos o plano em curso da criação de um «pool de agências de informação dos Países Não-Alinhados», estrutura operativa e eficaz através da qual implementaremos a descolonização da informação, contra a agressão ideológica e cultural do imperialismo. É esta mesma demarche que apoiamos nos restantes domínios tais como comércio, turismo, intercâmbio cultural, companhias aéreas, finanças e tantos outros.

SAIR DO QUINTAL DO IMPERIALISMO

Em suma, somos de opinião de que é de tirar as lições das experiências e nomeadamente das falências passadas, construindo a nossa cooperação a partir das múltiplas formas concretas de cooperação ao nível regional, continental e intercontinental.

Creemos que na fase presente é maior sucesso para a nossa Conferência e para o nosso Movimento engajarmo-nos na cooperação concreta entre nós ao mesmo tempo que em conjunto agimos no contexto mundial.

A conquista do controlo dos recursos naturais constitui uma primeira etapa para a transformação radical dos termos de troca. Já constatamos todos que para avançar nessa transformação não bastarão os apelos contra a imoralidade presente do comércio internacional. Os termos de trocas continuarão a deteriorar-se enquanto nós nos resignarmos ou não tivermos a coragem, a audácia e a perseverança para romper com o papel de produtores exclusivos de matérias-primas e de portadores de produtos acabados a que o imperialismo nos quer confiar.

Só a industrialização permite realmente pôr termo à tão falado e tão real deterioração dos termos de troca. Neste sentido as medidas em curso já em muitos países a favor da criação de uma indústria de transformação constituem já um primeiro passo, uma primeira libertação. Pensamos contudo que

é necessária a determinação de avançar ainda mais e ganhar a batalha da indústria pesada sem a qual permaneceremos sempre no quintal do imperialismo.

É certo que o exame objectivo das condições de cada país é fundamental. Não porém para fazer uma mera constatação de incapacidade, mas para determinar de que forma a nossa unidade, a nossa cooperação bilateral ou regional nos permitem superar as dificuldades. Neste sentido, a consciência das nossas insuficiências comuns transforma a nossa unidade em instrumento efectivo da nos-

mica. Neste combate contamos com novos factores que reduzem a margem de acção do imperialismo e nos libertam da dependência cega que enfrentávamos anteriormente: é a existência de um campo socialista, aliado dos povos em luta e com capacidade económica e tecnológica para contribuir na edificação de economias independentes.

Na fase presente, porém, cremos que não basta a afirmação da independência económica. As vitórias obtidas no controlo dos recursos naturais, na liquidação dos grandes potentados capital-impe-

Só a transformação radical das relações de produção, a participação popular na sua concepção, gestão e realização permite mobilizar todos os recursos humanos para esta nova batalha que implica liquidação da exploração, como condição para uma independência económica perdurável.

A NOSSA UNIDADE OS NOSSOS POVOS

Senhora Presidente:

Sabemos que a nossa vitória se constrói com sacrifício. As medidas políticas, económicas e sociais que tomamos, quer durante a luta armada revolucionária nas zonas libertadas, quer agora no nosso país independente, as nacionalizações a que procedemos e a transformação da República Popular de Moçambique numa base segura para os movimentos de libertação e contra o imperialismo, constituem a nossa contribuição para a realização dos princípios que nos unem.

É urgente e é possível sair do campo das palavras para as acções concretas. Sempre que o fizemos, porque conscientes da nossa força conquistamos vitórias.

Possuimos a arma fundamental que faz tremer o imperialismo: a nossa unidade. Possuimos um exército poderoso: os nossos povos.

O conjunto de países que o imperialismo subdesenvolveu, têm aqui, no seio do Movimento dos Não-Alinhados, o centro por excelência para uma indispensável troca de experiências e de concertação de medidas de defesa e ataque contra o capitalismo internacional, contra o imperialismo, para a consolidação da sua verdadeira independência.

A valorização e defesa dos recursos naturais dos nossos países condição essencial para o progresso económico, constitui a base concreta, imprescindível, para a construção dessa verdadeira independência. Esta não existe, não se verifica, se não for afirmada em ruptura contra o neocolonialismo, contra o imperialismo, contra o domínio capitalista.

A LUTA CONTINUA!

Muito obrigado.



«Desejamos aqui alertar os Países Não Alinhados sobre a confrontação que o imperialismo friamente prepara e apelar para uma vigilância permanente contra tais desígnios».

sa libertação económica. É este o conteúdo útil do nosso encontro, das nossas discussões. Cooperamos para nos libertarmos. Cooperamos no plano tecnológico, económico e financeiro, ponhamos em comum os recursos, embora magros de que dispomos. Só assim poderemos pôr termo à chantagem económica e tecnológica, à sabotagem e à intimidação do imperialismo. Assim como no plano político a nossa unidade permitiu constituir uma força poderosa que tornou possível a nossa independência política, aqui também a unidade deve servir a conquista do novo objectivo — a independência econó-

rialistas nos nossos países podem ficar reduzidas a nada se não tivermos uma perspectiva clara do desenvolvimento e das relações sociais a estabelecer no domínio da produção. Por outras palavras, a independência económica no plano é cada vez mais dificilmente compatível com a manutenção de estruturas de exploração no plano interno.

No momento presente, o capitalismo internacional está instruído pela experiência da nossa luta.

Ele forjou já novas tácticas de infiltração através das quais acaba por esvaziar a independência económica de qualquer conteúdo.